REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 7, n. 2, mai.-ago., 2021.
Missões

A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

LA GESTIÓN DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EN EL MUNICIPIO DE SÃO BORJA EN LA PANDEMIA DEL COVID-19

THE MANAGEMENT OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BORJA DURING THE COVID-19 PANDEMIC PERIOD

Recebido em: 30/06/2021
Aceito em: 15/09/2021

Ronaldo Bernardino Colvero – ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2958-8656[1]
Taís Martins Camoretto – ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9286-9613[2]

Resumo: o presente trabalho objetiva analisar como se deu a gestão de assistência social ligada ao Programa Bolsa Família, durante a pandemia da Covid-19, no município de São Borja, Rio Grande do Sul. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, mas também trabalhando com dados quantitativos sobre o tema. Dentre os métodos e técnicas utilizadas estão a revisão bibliográfica de material teórico e de jornal, juntamente com o uso de entrevista com a coordenadora do programa sob enfoque na cidade. Para análise da entrevista, foi utilizada a análise de conteúdo. O trabalho se torna importante pela tentativa de compreensão da gestão do Bolsa Família em um momento extraordinário, como a pandemia, a partir das especificidades do contexto são-borjense. Dentre alguns dos resultados, é possível observar que a gestão no município foi marcada pelo desdobramento da equipe para atender à população que necessitava de assistência, frente a uma relatada falta de orientação de como proceder, muitas vezes. Na diversidade de funções exercidas, a gestão enfrentou até mesmo problemas de cadastro e acesso das famílias ao recurso do Bolsa Família e do próprio Auxílio Emergencial. E, além disso, houve aumento de procura por assistência durante a pandemia, evidenciado pelas pessoas que perderam ou tiveram suas fontes de renda complementar diminuídas na pandemia.

Palavras-chave: Pandemia; Programa Bolsa Família; São Borja.

Resumen: este estudio tiene como objetivo analizar cómo ocurrió la gestión de la asistencia social vinculada al Programa Bolsa Família durante la pandemia Covid-19, en la ciudad de São Borja, Rio Grande do Sul. La investigación se caracteriza por ser cualitativa, pero también de trabajo con datos cuantitativos sobre el tema. Entre los métodos y técnicas utilizados se encuentran la revisión bibliográfica de material teórico y periodístico, junto con el uso de una entrevista con el coordinador del programa con foco en la ciudad. Para el análisis de la entrevista se utilizó el análisis de contenido. El trabajo cobra importancia por el intento de comprender la gestión de Bolsa Família en un momento extraordinario, como es la pandemia, a partir de las especificidades del contexto de São Borja. Entre algunos de los resultados, es posible observar que la gestión en el municipio estuvo marcada por el despliegue del equipo para atender a la población que necesitaba asistencia, ante una reportada falta de orientación sobre cómo proceder, muchas veces. En la diversidad de funciones desempeñadas, la dirección incluso enfrentó problemas de registro y acceso de las familias a los recursos de Bolsa Família y Ayuda de Emergencia. Y, además, hubo un aumento en la demanda de asistencia durante la pandemia, evidenciado por personas que perdieron o vieron reducidas sus fuentes de ingresos complementarios en la pandemia.

Palabras clave: Pandemia; Programa Bolsa Família; San Borja.

[1] Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

[2] Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pampa Campus São Borja. Membro do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. E-mail: tais.m.camoretto@gmail.com.

Abstract: this study aims to analyze how the management of social assistance linked to the Bolsa Família Program occurred during the Covid-19 pandemic, in the city of São Borja, Rio Grande do Sul. The research is characterized as qualitative, but also working with quantitative data on the subject. Among the methods and techniques used are the literature review of theoretical material and newspaper, along with the use of an interview with the program coordinator focusing on the city. For analysis of the interview, content analysis was used. The work becomes important because of the attempt to understand the management of Bolsa Família in an extraordinary moment, such as the pandemic, based on the specificities of the São Borja context. Among some of the results, it is possible to observe that the management in the municipality was marked by the deployment of the team to serve the population that needed assistance, in the face of a reported lack of guidance on how to proceed, many times. In the diversity of functions performed, the management even faced problems of registration and access of families to the Bolsa Família and Emergency Aid resources. And, in addition, there was an increase in the demand for assistance during the pandemic, evidenced by people who lost or had their sources of complementary income reduced in the pandemic.

Keywords: Pandemic; Bolsa Família Program; Saint Borja.

INTRODUÇÃO

No dia 30 de janeiro de 2020 foi reconhecida internacionalmente uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, causada pelo novo coronavírus. A fim de conter crise de saúde pública foram tomados vários tipos de precauções em todos os setores, medidas de higienização, isolamento social e distanciamento em todo o mundo. Neste contexto, extraordinário e danoso, o Brasil contabiliza 598.871 óbitos e 21.498.932 casos de coronavírus desde o início da pandemia, segundo matéria do G1[3].

O setor público, assim como o privado, adotou medidas preventivas para evitar a propagação do vírus, como o de home office e medidas sanitárias, buscando a eficácia com segurança. Algumas partes dessa engrenagem precisaram redobrar seus esforços para garantir a proteção social tutelada pela constituição, mesmo antes da chegada da vacina. Os setores de saúde foram ampliados o máximo possível, para atender a grande demanda nos piores momentos da pandemia.

Dentre as medidas de ampliação na saúde, no caso do Rio Grande do Sul, houve a ampliação dos leitos clínicos em hospitais no estado, em função do aumento das internações de pacientes em necessidade. Ainda, no mês de março de 2021, de acordo com a Secretaria de Saúde estadual, um ofício foi produzido e encaminhado aos hospitais para que ofertassem, no mínimo, 50% de seus leitos clínicos exclusivamente a pacientes com Covid-19. Isto se deu em um dos piores contextos da pandemia, segundo Regina Castro, em texto para a Fiocruz. A autora identificou que, em março de 2021, o Brasil se encontrava com um dos piores indicadores em

[3] Ver mais em: Brasil se aproxima de 599 mil mortes por Covid; média móvel fica abaixo de 500 pelo 2º dia. **G1.** 05 out. 2021. Saúde. Disponível em: https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/05/brasil-se-aproxima-de-599-mil-mortes-por-covid-media-movel-fica-abaixo-de-500-pelo-segundo-dia.ghtml. Acesso em: 06 out. 2021.

relação ao resto do mundo. Neste contexto, o país totalizava, segundo o texto, um número de 11.122.429 de casos e 268.370 de óbitos, correspondendo a 9,5% e 10,3% do total mundial, respectivamente, ainda que a população brasileira corresponda à menos de 3% da população do planeta.

O grande número de contaminados fez com que a economia entrasse em recesso, acompanhando a contração mundial, segundo texto de Cucolo e Pupo à Folha de São Paulo sobre o panorama de 2020. Este contexto trouxe a necessidade da proteção social àqueles grupos mais vulneráveis. Dentre estes, de acordo com Lucas Rocha, em matéria à CNN Brasil de abril de 2021, ressaltam-se, por exemplo, pessoas em situação de rua, indivíduos com transtorno mental, deficiência, pessoas vivendo com HIV/Aids, LGBTQIA+, moradores de favelas e periferias, população indígena, quilombola, negra, além de trabalhadores informais. Sobre aquelas e aqueles mais afetados, Boventura de Sousa Santos, em ensaio de 2020, intitulado *A cruel pedagogia do vírus*, aponta:

> Neste texto, porém, analiso outros grupos para os quais a quarentena é particularmente difícil. Eles têm em comum alguma vulnerabilidade especial que precede a quarentena e se agrava com ela. Tais grupos compõem o que chamo de sul. Na minha concepção, o sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. Proponho-me analisar a quarentena a partir da perspectiva daqueles e daquelas que mais têm sofrido com essas formas de dominação. E imaginar, também dessa perspectiva, as mudanças sociais que se impõem depois do término da quarentena. São muitos esses coletivos sociais. [...] As mulheres; os trabalhadores autônomos ou informais; os trabalhadores da rua; os sem-teto ou as populações de rua; Os moradores de periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, slums, caniço etc.; Os internados em campos para refugiados, os imigrantes indocumentados ou as populações deslocadas internamente; as pessoas com deficiência; os idosos (SOUSA SANTOS, 2020, 15-16).

Dentre os grupos mais vulneráveis, e em estado de pobreza, o Programa Bolsa Família foi uma das garantias de algum tipo de subsídio durante a pandemia. Neste sentido, o objetivo deste estudo é compreender de que maneira foi feita gestão da assistência social relacionada ao

Programa Bolsa Família[4] e ao Cadastro Único[5] no período de pandemia no município de São Borja, Rio Grande do Sul. A pesquisa pode ser caracterizada, principalmente, como qualitativa, mas também trabalhando com dados quantitativos relacionados ao tema, visando compreender o sistema de gestão do programa atrelado à assistência social.

Em termos metodológicos, em um primeiro momento, foi feita a revisão bibliográfica de material teórico e de jornais sobre o tema da pesquisa. Empiricamente, a técnica de entrevista foi utilizada a fim de compreender a gestão do Programa Bolsa Família no município de São Borja durante a pandemia. Para análise da entrevista, realizada com a coordenadora do programa na cidade, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). Trata-se de um procedimento de elaboração de análise sistemático que busca exaurir os dados da entrevista, no sentido de não deixar de fora da pesquisa elementos importantes.

Em suma, trabalha a partir de três processos. A *pré-análise* faz uma separação temática do conteúdo, fazendo a separação e classificação do material a partir de uma releitura clara e atenta. A *exploração do material* consiste na transformação de um dado bruto em um material pertinente através da codificação. Para isto será utilizado neste trabalho o software de pesquisa qualitativa MAXQDA Analytics Pro 2020. A terceira etapa é o *tratamento dos resultados obtidos e a interferência*. Bardin coloca que os resultados são tratados de forma a serem significativos e válidos. Operações simples, como porcentagens, ou mesmo mais complexas, como análise factorial, tornam possível o estabelecimento de quadros de resultados, figuras e

[4] O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Foi criado em 2003, no primeiro ano da gestão Lula, e instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O projeto nasceu a partir da reorganização de programas já existentes criados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003): Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Ver mais em: Bolsa Família. Caixa Econômica Federal. **O que é o Bolsa Família?** Disponível em: https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx. Acesso em: 06 out. 2021. TUON, Ligia. De FHC e Lula a Bolsonaro: a História do Bolsa Família no Brasil. **Exame.** 16 set. 2020. Brasil. Disponível em: https://exame.com/brasil/de-fhc-e-lula-a-bolsonaro-a-historia-do-bolsa-familia-no-brasil/. Acesso em: 06 out. 2021. BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Presidência da república. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

[5] O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos. O Cadastro Único constitui-se em uma ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida destas famílias, na medida em que reúne um conjunto de dados que permite aos gestores o conhecimento dos riscos e das vulnerabilidades a que a população pobre e extremamente pobre está exposta. SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social. **O que é o Cadastro Único?** 19 fev. 2021. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/. Acesso em: 06 out. 2021.

modelos que condensem e coloquem em relevo as informações fornecidas para a análise (BARDIN, 1977, p. 101).

O trabalho se torna importante pela tentativa de análise de gestão do Bolsa Família em uma perspectiva próxima da realidade cotidiana do trabalho de assistência social. Trata-se de analisar uma realidade social em meio a um período extraordinário e demasiado complexo, de crise sanitária e da vulnerabilidade social potencializada. A problemática se baseia na necessidade de implementação de políticas públicas para as quais não houveram precedentes, cujo público alvo possui uma demanda urgente que envolve necessidades básicas como a alimentação. Na prerrogativa do fato, ainda existe a responsabilidade de não promover um contágio maior pelo vírus durante a execução do processo. Nessa perspectiva, utilizou-se da técnica de entrevista a fim de compreender as dimensões da gestão pública, em relação ao Programa Bolsa Família, em um momento de instabilidade.

PANDEMIA E A RETRAÇÃO ECONÔMICA

A crise econômica mais recente do capitalismo foi a provocada pelo vírus que transmite a covid-19. O agente infeccioso se espalhou mundialmente pelo seu alto potencial de transmissão e forçou os Estados a tomarem medidas para restringir as atividades realizadas em grupo. As restrições causaram impacto em diversos setores da economia, resultando na diminuição do Produto Interno Bruto - PIB de diversos países ao redor do globo. O panorama econômico, ao longo da pandemia em 2020, foi, em termos gerais, de retração. Segundo Mygre Lopes da Silva e Rodrigo Abbade da Silva (2020), em artigo publicado no OSE – Observatório Socioeconômico da COVID-19, ligado à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, o período de "abril a julho de 2020, foi marcado pela ampliação da recessão econômica devido ao avanço do coronavírus em todo o território nacional". Para que fosse possível mitigar os danos da crise:

> o governo amplia as linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas para a gestão de caixa. Porém, de forma geral, os empresários não estão conseguindo acessá-lo devido à comprovação de garantias de pagamento. Ressalta-se, como medida governamental, a concessão do Auxílio Emergencial e a flexibilização de regras para o programa de Benefício de Prestação Continuada. Contudo, não é possível prever qual é o limite orçamentário necessário para amenizar os impactos econômicos negativos da pandemia. Destaca-se que a manutenção da atividade econômica se deve à produção agrícola e agropecuária, apesar das restrições logísticas. As dificuldades fiscais são ampliadas, com o aumento da dívida pública, seja pela ampliação de gastos ou pela redução na arrecadação tributária (SILVA; SILVA, 2020, p. 8-9).

Em matéria à Folha de São Paulo, Cucolo e Pupo (2021) fazem um levantamento sobre a questão do PIB, em 2020. Segundo o texto, o PIB brasileiro caiu 4,1%, crescendo 3, 2% no último semestre do ano. Dentre os países que divulgaram o PIB em 2020, para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), somente a China teve um balanço de crescimento (2,3%), embora seja o crescimento mais baixo desde 1976. Os Estados Unidos tiveram uma retração de 3,5%, enquanto o Japão registrou queda de 4,8%, num contexto de países com economias desenvolvidas. Ainda segundo dados da Folha de São Paulo, dentre as maiores quedas, entre países europeus, destacam-se França (-8,2%), Reino Unido (-9,9%) e Espanha (-11%).

A redução do PIB, no Brasil, refletiu em problemas sociais como a alta no desemprego, no aumento da desigualdade e da pobreza. Segundo texto de Douglas Gavras, para a Folha de São Paulo (2021), a taxa de desemprego, em relação à metade mais pobre dos brasileiros, subiu quase dez pontos ao longo da pandemia. Foi de 26,55% para 35,98%. Em um contraste significativo, entre os 10% mais ricos o desemprego foi de 2,6% para 2,87%. Em termos de renda média dos brasileiros, informais e desempregados, caiu 9,4% em relação ao final de 2019, período pré-pandemia, segundo o texto publicado na Folha, com base em dados da Fundação Getúlio Vargas Social. Em se tratando da parcela mais pobre da população, a perda é ainda maior, chegando a 21,5% durante a pandemia, de acordo com a matéria.

Dentre as medidas com objetivo de refrear os efeitos da crise, estão o auxílio emergencial para trabalhadores informais, o programa de retenção de empregos, recursos para a saúde, transferências para estados e municípios e garantia de crédito em empréstimos para empresas, segundo Cucolo e Pupo à Folha de São Paulo. O objetivo das medidas foi de manter a fluidez econômica, ampliar a renda para que alcançasse novos grupos que saíram de alguma forma do mercado de trabalho, concedendo crédito para que houvesse a menor quebra de contratos possível, por exemplo.

> A pandemia constituiu uma mudança brusca do ambiente no qual a atividade humana se desenvolvia, podendo ser caracterizada como um choque externo que exigiu uma parada brusca das práticas econômicas e sociais (com exceção das essenciais) a fim de diminuir o ritmo da contaminação do novo coronavírus (MARQUES, et al, 2021, p. 15).

Desta forma o vírus é entendido como um ator externo à economia, mas a atingindo de forma direta. O tempo de duração da crise vai depender do avanço da doença, de possíveis variações do vírus e da capacidade de vacinação dos países. Em texto de Alana Gandra para a

Agência Brasil, de acordo com dados da Firjan, a atividade econômica no Brasil experimentou retração, num período de 12 meses de pandemia (março de 2020 a fevereiro de 2021), de 6,7%.

Segundo dados do CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), na América Latina, como consequência da forte recessão econômica, estima-se que em 2020 a taxa da extrema pobreza se situou em 12,5% e a taxa da pobreza atingiu 33,7% da população. O total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que em 2019. Desse total, 78 milhões de pessoas estavam em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019. Sobre a retomada da economia e a superação da crise, Mygre Lopes da Silva e Rodrigo Abbade da Silva colocam que esta:

> vai depender da redução do número de casos de contaminados pela doença, pela resposta do sistema de saúde e pelo equilíbrio e articulação dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) com medidas unificadas para o combate ao novo vírus (SILVA; SILVA, 2020, p. 9).

Em meio a uma realidade de recessão econômica e de crise sanitária, um dos principais meios de retomada segura de um cotidiano normalizado e de diminuição de casos é a imunização da população, via vacinação. Em 19 de Janeiro de 2021 iniciou-se a aplicação das primeiras doses de imunizantes pelo Ministério da Saúde no Brasil, segundo o Sistema Universidade Aberta do SUS (UMA-SUS)[6]. O primeiro grupo a ser vacinado foram os responsáveis pelos cuidados imediatos das pessoas acometidas pelo vírus, ou seja, os profissionais da Saúde e demais que atuaram na linha de frente no combate à pandemia.

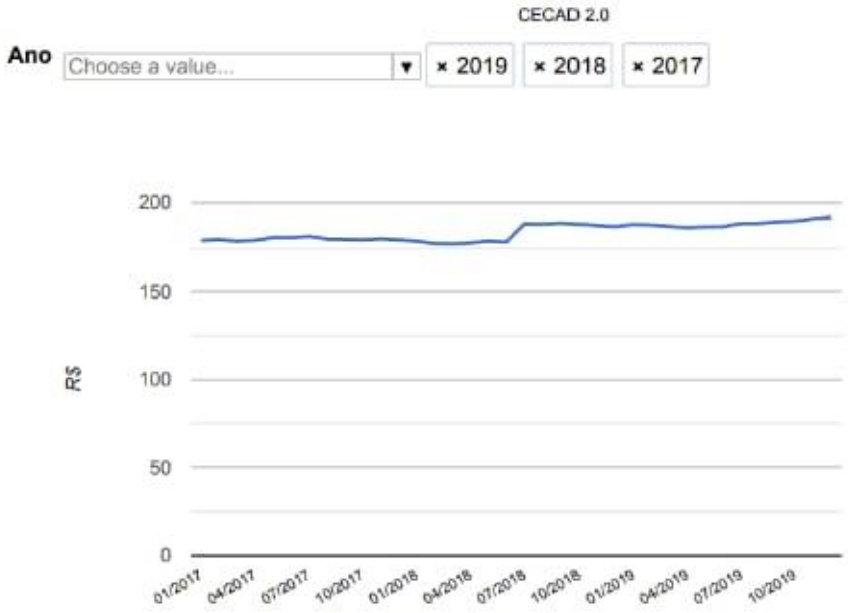
Do primeiro contato da população Brasileira com vírus ao início da vacinação houve um grande espaço de tempo. Neste intervalo, as medidas de contenção do vírus causaram impacto não só no cotidiano, mas no meio de sobrevivência de muitos brasileiros. A desestabilização repentina fez com os gestores públicos precisassem agir rapidamente, alinhando medidas sanitárias com a proteção social. Além disso, precisou ser garantida a dignidade e subsistência da população mais pobre e daqueles trabalhadores informais, por exemplo. E o Bolsa Família, enquanto programa já estabelecido, pode ser compreendido como um dos fatores contribuintes para tal garantia.

[6] Sistema educacional criado em 2010, coordenado pelo ministério da Saúde, surge com a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde - SUS. Ver mais em: UNA-SUS – Universidade Aberta do SUS. **Conheça a UNA-SUS.** Disponível em: https://www.unasus.gov.br/institucional/unasus. Acesso em 14 set. 2021.

PANDEMIA E BOLSA FAMÍLIA: UM BREVE PANORAMA QUANTITATIVO

O Programa Bolsa Família, no Brasil, no período anterior à pandemia fornecia o valor médio que variou nos anos de 2017, 2018 e 2019. O quantitativo estava entre 178,95 e 191,77 conforme gráfico abaixo fornecido pelo CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, plataforma de transparência de dados do Ministério da Cidadania do Governo Brasileiro. Os valores do benefício do Programa Bolsa Família são os mesmos em todo o território nacional.

Gráfico 1: Valor médio do benefício financeiro do Programa Bolsa Família (2017-2019)



Fonte: CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

O DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômico possui um banco de dados de pesquisa nacional do valor das cestas básicas de alimentos nas capitais do país. A partir dos dados do Departamento, a variação entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019 na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, na sua utilização como indicador para as demais cidades do estado, oscilou entre os valores de R$ 419,81 e R$ 506,30.

Os produtos da Cesta Básica e suas respectivas quantidades são diferentes por região, sendo o Rio Grande do Sul pertencente à terceira. Os itens e as quantidades suficientes para formar uma cesta básica são definidos pelo Decreto Lei nº 399 de 1938[7] que permanece em

[7] Pelo Decreto Lei n° 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil, foram definidos os alimentos que compõem essa cesta básica, e que continua em vigência. A cesta básica de alimentos foi elaborada

vigor. Os itens da cesta básica, segundo o decreto supracitado são: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (Tomate), Pão francês, Café em pó, Frutas (Banana), Açúcar, Banha/Óleo, Manteiga.

Tabela 1: Oscilação dos valores das cestas básicas na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil (2017-2019)

Gasto Mensal - Total da Cesta

	Porto Alegre
01-2017	453,67
02-2017	435,51
03-2017	437,22
04-2017	464,19
05-2017	460,65
06-2017	443,66
07-2017	453,56
08-2017	445,76
09-2017	436,68
10-2017	446,87
11-2017	444,16
12-2017	426,74
01-2018	446,69
02-2018	434,50
03-2018	434,70
04-2018	430,29
05-2018	437,73
06-2018	452,81
07-2018	435,02
08-2018	419,81
09-2018	423,01
10-2018	449,89
11-2018	463,09
12-2018	464,72
01-2019	441,65
02-2019	449,95
03-2019	479,53
04-2019	499,38
05-2019	496,13
06-2019	498,41
07-2019	493,22
08-2019	469,17
09-2019	458,29
10-2019	463,24
11-2019	453,82
12-2019	506,30

Fonte: DIESSE. Banco de dados, Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

As diretrizes do Programa Bolsa Família entendem a necessidade de complemento financeiro. Por isso, não restringem as atividades de complemento de renda. Assim, a família continua recebendo o benefício desde que ainda pertença à faixa econômica do público alvo do programa[8]. A tabela 1 indica que o benefício econômico, fornecido pelo governo federal através

com uma relação de 13 itens alimentícios em quantidades suficientes, para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Os alimentos com as provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei n° 399, são diferentes dependo da região. Ver mais em: IFPR – Instituto Federal do Paraná. **Cesta Básica do Decreto Lei Nº 399.** Disponível em: https://uniao.ifpr.edu.br/projeto-pesquisa-da-cesta-basica-de-porto-uniao-da-vitoria/cesta-basica-do-decreto-lei-n-399/. Acesso em: 07 out. 2021.

[8] Segundo a Caixa Econômica Federal, a população alvo do programa é formada por famílias em situação de vulnerabilidade social com indicadores de econômicos que as caracterizam por situação de pobreza ou extrema

do PBF, não era suficiente para suprir as demandas alimentares de uma família. Junto com a pandemia e a crise econômica, foi dificultada a situação de quem garantia sua renda de maneira autônoma e informal, em sua maioria trabalhadores dos setores do lazer e entretenimento que momentaneamente perderam sua renda em função da pandemia.

A fim de fazer a comparação subsequente, temos os valores das Cestas Básicas de alimentação de janeiro de 2020 a janeiro de 2021. Podemos observar que, conforme o avanço da pandemia, subiu, também, o custo da alimentação básica.

Tabela 2: Gasto mensal (total da cesta básica) em Porto Alegre (2020-2021).

Gasto Mensal - Total da Cesta

	Porto Alegre
01-2020	502,98
02-2020	492,63
03-2020	497,88
04-2020	527,01
05-2020	518,63
06-2020	512,40
07-2020	511,22
08-2020	528,61
09-2020	552,86
10-2020	581,39
11-2020	617,03
12-2020	615,66
01-2021	626,25

Fonte: DIESSE. Banco de dados, Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

Segundo dados do IBGE, divulgados em 30 de junho de 2021, sobre a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desocupação[9] oscilava cerca de 1% do segundo semestre de 2018 ao último semestre de 2019. No segundo trimestre de 2018, estava 12,3%. No terceiro trimestre de 2018, 11,7%, e, no quarto trimestre, 12%. Em 2019, a taxa no primeiro trimestre foi de 12,5%. No segundo, 11,8%. No terceiro trimestre, 11,6%, e, no último (janeiro de 2020) atingiu o índice de 11,2%.

pobreza "As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R$ 89,01 e R$ 178,00 por pessoa". Ver mais em: Bolsa Família - Caixa Econômica Federal. Quem pode participar do programa? Disponível em: https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx. Acesso em 06 out. 2021.

[9] O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. A taxa de desocupação é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. Ver mais em: IBGE. **Desemprego.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em 07 out. 2021.

Quando observado o período de 2020, é possível constatar que a taxa começa a despontar. No primeiro trimestre do ano, a taxa atingiu 12,6%. No segundo, 13,8%. No terceiro, 14,3%, e no quarto semestre de 2020 houve uma variação para 14,2%. Já no primeiro semestre de 2021, a taxa de desocupação voltou a subir, alcançando 14,7%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2: Taxa de desocupação (2018-2021)



Fonte: Agência IBGE Notícias (2021)

Influenciado pelo período de pandemia, o governo federal complementou o Programa Bolsa Família com o auxílio emergencial[10]. Porém, o benefício não foi pago de forma cumulativa. Segundo informações disponíveis no site do ministério da cidadania, haverá, no auxílio emergencial de 2021, uma sobreposição dos valores:

> Nesse caso, o Governo Federal vai verificar se o trabalhador cumpre todas as regras para receber o auxílio, e também se o valor do benefício do Bolsa Família da sua família é menor do que o valor do auxílio emergencial. Se o valor for menor, sua família receberá o auxílio emergencial 2021. O seu benefício do Bolsa Família será suspenso pelo Ministério, enquanto sua família estiver recebendo o auxílio. Quando sua família terminar de receber as 4 (quatro) parcelas do auxílio, o Ministério encerrará a suspensão do benefício do Bolsa Família. Se sua família continuar atendendo as regras de elegibilidade do Programa, o benefício será restabelecido, mas não serão pagas as parcelas que foram suspensas. Agora, se o valor do benefício do

[10] O auxílio emergencial foi uma medida de transferência de renda direta criada para amparar financeiramente famílias que perderam sua fonte de renda no período de pandemia. Ver mais em: Ministério da cidadania. Auxílio emergencial. Ver mais em: Ministério Da Cidadania. **Auxílio Emergencial 2021.** Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial. Acesso em: 27 abr. 2021.

> Bolsa Família for maior do que o valor do auxílio emergencial 2021, a sua família não receberá o auxílio, e continuará recebendo o benefício do Bolsa Família. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

As restrições impostas pelo coronavírus causam notório impacto na geração de renda, principalmente de trabalhadores informais. O programa de transferência de renda emergencial usou para a seleção de seu grupo alvo o cruzamento de dados de plataformas dos ministérios, incluindo o CadÚnico. Desta forma, incorporou também beneficiários do Programa Bolsa Família. No contexto de pandemia, o trabalho de gestão do programa foi parte fundamental, no sentido de assistência social àquelas famílias em situação de vulnerabilidade. Desde questões de cadastro e orientações até o recebimento efetivo do benefício, nos diversos municípios do país. Nos próximos parágrafos, veremos como isto se deu no município de São Borja.

A GESTÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A população que recebeu a assistência no município de São Borja, segundo dados coletados com a gestora do programa na cidade, em parte já possuía cadastro no Programa Bolsas Família - PBF, e faziam uma complementação da renda tendo em vista o valor baixo do benefício. A equipe chefiada pela entrevistada ajudou os membros do CadÚnico e Programa Bolsa Família com os procedimentos para receber o benefício, como atualização de cadastro, e problemas em relação à Caixa Federal. Orientou, também, pessoas que estavam fazendo o cadastramento direto pelo aplicativo para o recebimento do recurso.

Durante o período da pandemia principalmente, mas não só nesse momento, a gestora do PBF afirma que todas as demandas populacionais emergentes são direcionadas para o trabalho de assistência. E essas demandas variam muito, de assistência jurídica aos usuários e não usuários dos programas, até a orientação sobre procedimentos bancários. A gestora entrevistada, de pseudônimo Lucia, coloca o seguinte:

> A gente vê a situação das famílias e também quando uma sai de férias eu também atendo os CRAS, e a demanda realmente aumentou, mais pela questão da alimentação, mas também numa questão geral, na questão de poste, habitacional. O município também tem uma questão, não tem recurso habitacional, é muito difícil a gente conseguir, não tem um programa voltado para isso e então aumentou bastante realmente as demandas, e no Bolsa Família também na questão do Auxílio Emergencial [...] a gente trabalhou nesse sentido de auxiliar, as pessoas, até foi além da questão do cadastro único, por que tem a população que não era do Cadastro Único, uma população que sempre teve acostumado a trabalhar, eu digo assim, de trabalhar, de ter um bom retorno né e que se viu nessa situação pega de surpresa, aí sem poder trabalhar (LUCIA, Pos. 37).

Neste trecho, ela se refere ao fato de pessoas que possuíam uma renda em alguma atividade, relacionada às que sofreram com as medidas de distanciamento social. Na ausência dessa renda, houve um aumento na procura pela assistência social, por parte de famílias que não haviam participado de nenhum programa social antes. Neste sentido, o contexto pandêmico causou mudanças na vida das famílias, na renda básica, na subsistência. Com a impossibilidade de manter-se trabalhando, as pessoas acabaram procurando a assistência social da cidade.

Identificou-se durante a entrevista que parte da população que perdeu renda buscou o município, também, para suprir demandas particulares de infraestrutura. Compreende-se que essa população perdeu autonomia econômica, sua renda foi direcionada para a alimentação, numa diminuição da capacidade de subsistência autônoma. Sem dinheiro para aluguel ou para manutenção da moradia, cada vez mais a assistência social no município é pressionada. Assim, uma das dificuldades apresentadas foram os meios disponibilizados para as pessoas que não possuíam CadÚnico:

> A questão do acesso ao auxílio emergencial sem ser o público do cadastro único foi complicada, a pessoa teve que se cadastrar na plataforma da caixa, e tem muita gente que não tem esse conhecimento de como se cadastrar, do acesso à internet, e a gente ajudou nesse sentido no ano passado (2020). Agora que voltou o auxílio emergencial (2021) teve esse aumento de demanda mas não foi tanta em relação ao ano passado, [...] mas no ano passado era assim, filas saindo do portão era bem complicado. (LUCIA, Pos. 37).

Dentre os problemas, houveram erros no aplicativo do Auxílio Emergencial no que diz respeito ao cruzamento de dados. Esses erros impediram muitos usuários de receberem o auxílio no período equivalente, nas datas corretas, e a equipe em São Borja foi responsável por fazer a contestação jurídica de várias pessoas. Muitos dos usuários não tinham acesso à internet nem telefone celular. Em um tom de desabafo a gestora coloca:

> Tem falha né, ainda mais em um programa que foi feito assim rápido. Então o governo utilizou de cruzamento de dados para fazer as análises, e às vezes acontecem falhas porque a pessoa trabalhou de carteira assinada, mas não está mais trabalhando e não caiu no sistema, na verdade isso é responsabilidade da Justiça Federal. Só que em contrapartida eles não estavam fazendo atendimento presencial só online, nós estivemos em reunião com um funcionário, por que a nossa Justiça Federal é pertencente a Santiago, e ele pediu a nossa ajuda para dar assistência para aquelas pessoas que não tem internet em casa, que não tem condições, pra gente fazer. Então é mais uma demanda que caiu sobre nós. (Lucia, pos, 40).

Uma das características das políticas públicas de assistência social é o cruzamento entre os bancos de dados públicos. Essa ação facilita a identificação de um determinado grupo alvo, torna os dados mais verídicos e a administração mais eficiente, pois aprimora o tempo hábil de trabalho. Todavia, cada banco de dados possui eventuais particularidades, referentes às atualizações, por exemplo, o que pode ocasionar um desencontro ocasional na utilização deste material.

A entrevistada alude que existe um cenário de desencontro no que diz respeito à Caixa Econômica Federal[11]. Revela que sempre houve empecilhos quanto ao atendimento aos usuários e ao repasse de recursos financeiros, tanto do PBF quanto, especificamente na pandemia, do Auxílio Emergencial.

> Outra dificuldade que a gente tem até hoje é com o pessoal da Caixa Federal, tanto na questão do Bolsa Família como na questão do Auxílio Emergencial. Eles mandam pra nós demandas que não são nossas, que claramente é de banco. Essa questão do pessoal baixar o Caixa Tem para acessar a conta, a poupança social digital, que é acessada através desse aplicativo, e as pessoas muitas não tem celular eu acho que isso não foi bem pensado, né, por que muitas das pessoas não vão ter celular, não vão ter internet, moram pra fora e não tem acesso [...] E as pessoas "se veem né" como é que vão fazer, aí a Caixa Federal manda pra nós, coisa que é claramente de aplicativo de banco, ou que é uma coisa que claramente eles podem resolver. Claro que a demanda tá estourada pra todo mundo, mas me parece que eles, naquela coisa "de não", vão empurrando sabe. (Lucia, pos, 40).

É evidente na fala da entrevistada sua preocupação com os usuários, e o seu conhecimento sobre as especificidades da realidade cotidiana enfrentada por estas pessoas. Durante a entrevista, a tonalidade da voz de Lúcia se alterou mostrando indignação apenas nos momentos em que se refere a situações, nas quais, em sua visão, os usuários passaram por algum desconforto ou constrangimento. Este aspecto é evidente no trecho anterior e continua no relato abaixo.

> Eles não têm acesso e não tem conhecimento, precisam de outras pessoas para poder baixar aplicativo, aqui no início a gente chegou a fazer isso, coisa que a gente não poderia ter feito, mas a gente não vendo saída e as pessoas precisando daquele dinheiro, e a caixa mandando pra nós fazer também, a gente pegava o celular da gente às vezes e baixava, só que é uma conta da pessoa olha a responsabilidade disso, se chega acontecer, e aconteceu, várias pessoas chegaram aqui e o dinheiro não tava, e

[11] A Caixa Econômica Federal - CEF é uma instituição financeira pública vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica de direito privado, que possui patrimônio próprio e autonomia administrativa. Ver mais em: Da denominação, característica e natureza. **Estatuto Social da Caixa Econômica Federal.** Anexo – Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 23 de abril de 2020. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Estatuto_Social_da_Caixa_Economica_Federal.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

> houve fraude na questão do auxílio emergencial, que a caixa depois teve que ressarcir as famílias, porque realmente houve, não sei exatamente oque houve, não sei se é hacker, não sei oque aconteceu, mas aconteceu bastante, isso em todo o Brasil e aqui em São Borja aconteceu, e é uma responsabilidade enorme, hoje a gente não faz mais, por que até aconteceu de o nosso coordenador, também fazer , teve a bondade de fazer para um usuário e tal, a assistente social também fez no celular dela, a do CRAS, mas é bem complicado, a gente não faz mais por causa dessas questões. (Lucia, Pos. 40).

Não houve, no início, nenhum tipo de orientação de como proceder nesses casos em particular, de pessoas sem instrução e que não possuem aporte tecnológico. Devido ao caráter emergencial da situação, segundo ela, a iniciativa de auxiliar com dados bancários dos usuários foi a única saída em alguns casos, tendo em vista a necessidade que essas pessoas tinham do recurso. Porém, essa ação poderia ter consequências sérias, pois não houve nenhuma orientação nesse sentido.

Na central, mesmo não sendo a função, e muitas das vezes mesmo não se tendo capacitação ou equipamento adequado, a equipe tenta sanar essas demandas emergentes da melhor forma possível. Mas, ao mesmo tempo que ampara, a equipe se sente desamparada e sem nenhum tipo de orientação, num contexto extraordinário como o da pandemia da Covid-19. Desta desorientação até os problemas de cadastro, de recebimentos dos valores e angústia por parte das famílias, o contexto da gestão do Bolsa Família demonstrou-se uma empreitada dificultosa em demasia, marcada pela tentativa de assistir, mesmo em meio às mazelas, a população são-borjense em situação de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada da pandemia, diversas medidas precisaram ser tomadas, desde o campo da saúde à economia. Do aumento do número de leitos nos hospitais, ao uso de máscaras e ao isolamento social, a realidade brasileira, e mundial, foi drasticamente modificada. Com a recessão da economia e diminuição do PIB, os impactos foram sentidos mais fortemente pelos grupos mais vulneráveis, e em situação de pobreza ou extrema pobreza. O aumento desta última e do desemprego fez necessária a manutenção, por parte do Estado, da dignidade e subsistências das famílias mais vulneráveis durante a pandemia. É neste contexto que o Bolsa Família se caracterizou como meio de garantia mínima de sobrevivência, mesmo com valores ainda insuficientes.

A população costuma esperar que seus governantes tenham resposta para todas as situações, mas apesar de todo o planejamento da gestão pública é muito difícil prever a melhor forma de obter um resultado ou impacto esperado de uma política pública. Os valores fornecidos

pelo Programa Bolsa Família já não eram suficientes para garantir a subsistência das famílias antes da pandemia, e esta veio a agravar uma situação já precária, demonstrando uma necessidade de políticas públicas de rompimentos dos ciclos intergeracionais de pobreza.

A gestão do Programa Bolsa Família em São Borja passou por momentos de desorientação no sentido administrativo. Houveram falhas na comunicação entre as instituições e muitas ações precisaram ser revistas. A correção das falhas faz parte do processo de implementação da política pública, porém a particularidade do momento tornou o processo exaustivo tanto no sentido físico como emocional para os gestores e equipes diretamente em contato com a população. Em vista disso, cabe o destaque para o esforço técnico-administrativa municipal, que em meio à pandemia, além de exercer a própria função, ainda deu suporte para outras instituições federais de maior porte, como a Receita Federal.

Ligada a um contexto de aumento do desemprego e da pobreza, a pandemia evidenciou, por um lado, a importância do trabalho de assistência social em relação a uma política pública estabelecida, o Bolsa Família. Mas, por outro, mostrou a necessidade de reavaliação, de maior intensidade da comunicação entre instituições, orientação mais eficaz e preparação das equipes de trabalho para o atendimento à população em situações extraordinárias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BARDIN, L. Ánálise de conteúdo. SP: Edições 70, 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Bolsa Família. **O que é o Bolsa Família?** Disponível em: https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx. Acesso em: 06 out. 2021.

Brasil se aproxima de 599 mil mortes por Covid; média móvel fica abaixo de 500 pelo 2º dia. **G1.** 05 out. 2021. Saúde. Disponível em: https://bityli.com/PTZ02a. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. In: IFF Paraná. Campus: União da Vitória. Disponível em: https://uniao.ifpr.edu.br/projeto-pesquisa-da-cesta-basica-de-porto-uniao-da-vitoria/cesta-basica-do-decreto-lei-n-399/. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Presidência da república. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: https://bityli.com/mTQzkr. Acesso em: 06 out. 2021.

CASTRO, Regina. Brasil apresenta pior cenário desde início da pandemia. **Agência Fiocruz de Notícias.** 11 mar. 2021. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/brasil-apresenta-pior-cenario-desde-inicio-da-pandemia. Acesso em: 07 out. 2021.

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/painel04.php#link_193. Acesso em: 03 ago. 2021.

DIESSE. Banco de dados, Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: https://www.dieese.org.br/cesta/produto. Acesso em: 09 ago. 2021.

Estatuto Social da Caixa Econômica Federal. Anexo – Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 23 de abril de 2020. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Estatuto_Social_da_Caixa_Economica_Federal.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

GANDRA, Alana. Pandemia leva à detração de 6,7% na atividade econômica, diz Firjan. **Agência Brasil.** 06 maio 2021. Disponível em: https://bityli.com/9cqRkO . Acesso em: 07 out. 2021.

GAVRAS, Douglas. Taxa de desemprego entre os mais pobres é 36%, aponta estudo. **Folha de São Paulo.** 09 set. 2021. Mercado. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/taxa-de-desemprego-entre-os-mais-pobres-e-de-36-aponta-estudo.shtml. Acesso em 07 out. 2021.

BARROS, Alerrandre. Desemprego mantém recorde de 14,7% no trimestre encerrado em abril. **Agência IBGE Notícias.** 30 jun. 2021. Estatísticas Sociais. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31050-desemprego-mantem-recorde-de-14-7-no-trimestre-encerrado-em-abril. Acesso em: 09 ago. 2021.

IBGE. **Desemprego.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em 07 out. 2021.

LUCIA (pseudônimo). Gestão municipal do Bolsa Família em São Borja, RS, durante a pandemia de Covid-19. Entrevista cedida a Tais Martins Camoretto. São Borja, 2021.

MARQUES, Maria Rosa et al. **Pandemia, crises e capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial 2021.** Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19:** impactos e reflexões. Ministério da Educação. Universidade federal de Santa Maria – UFSM. OSE – Observatório Socioeconômico da COVID-19, 2020. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussão-07-Economia-Brasileira-Pré-Durante-e-Pós-Pandemia.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. **CEPAL –** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 04 mar. 2021. Comunicação de imprensa. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte. Acesso em: 07 out. 2021.

ROCHA, Lucas. Fiocruz explica como a pandemia atinge grupos mais vulneráveis no Brasil. **CNN Brasil.** 28 abr. 2021. Saúde. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fiocruz-explica-como-a-pandemia-atinge-grupos-mais-vulneraveis-no-brasil/. Acesso em: 06 out. 2021.

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social. **O que é o Cadastro Único?** 19 fev. 2021. Disponível em: https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/. Acesso em: 06 out. 2021.

SES determina ampliação de leitos clínicos e lança cadastro para profissionais de saúde no combate à pandemia. **Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.** 03 mar. 2021. Coronavírus. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/ses-determina-ampliacao-de-leitos-clinicos-e-lanca-cadastro-para-profissionais-de-saude-no-combate-a-pandemia. Acesso em: 06 out. 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus.** 1. ed. Coleção Pandemia Capital. São Paulo: Boitempo, 2020.

TUON, Ligia. De FHC e Lula a Bolsonaro: a História do Bolsa Família no Brasil. **Exame.** 16 set. 2020. Brasil. Disponível em: https://exame.com/brasil/de-fhc-e-lula-a-bolsonaro-a-historia-do-bolsa-familia-no-brasil/. Acesso em: 06 out. 2021.

UNA - SUS. **Vacinação contra a covid-19 já teve início em quase todo o país.** Ascom SE/UNA-SUS. 19 jan. 2021. Disponível em: https://www.unasus.gov.br/noticia/vacinacao-contra-a-covid-19-ja-teve-inicio-em-quase-todo-o-pais. Acesso em: 22 jul. 2021.

UNA-SUS – Universidade Aberta do SUS. **Conheça a UNA-SUS.** Disponível em: https://www.unasus.gov.br/institucional/unasus. Acesso em: 14 set. 2021.